



XI Colóquio Internacional
“Educação e Contemporaneidade”
São Cristóvão/SE/Brasil
21 a 23 de Setembro de 2017
ISSN: 1982-3657



Recebido em:
05/08/2017
Aprovado em:
06/08/2017
Editor Respo.:
Veleida Anahi
Bernard Charlort
Método de
Avaliação: Double
Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi:

AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM ESTUDO DE CASO NAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL II.

JONES CÉSAR DA PAIXÃO

EIXO: 21. MESTRADO PROFISSIONAL, PESQUISA APLICADA NO ENSINO E NA SALA DE AULA

Resumo: O presente texto consiste em algumas reflexões e inquietações de um estudo que encontra-se em estágio inicial, aprovado na UNEB-Campus I, no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação de Jovens e Adultos – Nível Mestrado Profissional (MPEJA), em 2017.2. Essa pesquisa propõe-se compreender a aplicabilidade da Lei nº 10.639/03 na rede de ensino do fundamental II, no município de Salinas da Margarida – Bahia, analisando a prática pedagógica e a formação continuada ofertada aos professores em vista da emancipação dos estudantes e seus impactos para a constituição de uma escola inclusiva no tocante as questões étnico-raciais. Para desenvolvimento deste estudo, privilegia-se a abordagem qualitativa, com enfoque interpretativo.

Palavras-Chave: Formação docente. Educação de Jovens e Adultos. Lei nº 10.639/2003.

Abstract: The present text consists of some reflections and concerns of an initial study, approved at UNEB-Campus I, in the Stricto Sensu Postgraduate Program in Young and Adult Education - Professional Master's Degree (MPEJA), in 2017.2. This research intends to understand the applicability of Law nº 10.639 / 03 in the teaching system of fundamental II, in the city of Salinas da Margarida - Bahia, analyzing the pedagogical praxis and the continued formation offered to the teachers in view of the emancipation of the students and their Impacts on the establishment of an inclusive school on ethnic-racial issues. For the development of this study, the qualitative approach, with an interpretative approach, is favored.

Key words: Teacher training. Youth and Adult Education. Law nº 10.639/2003.

O presente trabalho objetiva apresentar algumas reflexões iniciais do projeto de pesquisa intitulada *Enegrecer a prática pedagógica da Educação de Jovens e Adultos: um estudo sobre a formação continuada na rede municipal de ensino de Salinas da Margarida – Bahia*, aprovado na Universidade do Estado da Bahia - Campus I, no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação de Jovens e Adultos – Nível Mestrado Profissional (MPEJA), em 2017.2. Essa pesquisa propõe-se analisar a prática pedagógica e a formação continuada ofertada aos professores em vista da emancipação dos estudantes e seus impactos para a constituição de uma escola inclusiva no tocante as questões étnico-raciais.

A implementação da prática pedagógica inclusiva das referências étnico-raciais é uma exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, que sofreu alteração por meio das leis 10.639/03 e nº 11.645/08, que estabelecem a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. Essas duas últimas leis representam um avanço nos enfrentamentos das desigualdades raciais da educação. Contudo para sua efetivação

ainda encontramos diversos obstáculos, dentre eles cito como: a demanda de profissionais com uma formação diferenciada para desenvolver discussões competentes e sérias acerca da questão racial na EJA. Neste contexto, a intelectual Nilma Lino Gomes (2007) discute sobre especificidades da EJA, sobretudo ao que se refere às questões étnico-raciais, aponta que “pensar a realidade da EJA, hoje, é pensar a realidade dos jovens e adultos excluídos.” (2007, p. 90).

O público dessa modalidade é constituído por sujeitos (jovens, adultos e idosos) que historicamente foram negados o direito à educação por diversos fatores: ofertas insuficientes de vagas, inadequações do sistema de ensino ou pelas condições socioeconômicas que não permitiram estudar. Na contemporaneidade nas turmas da EJA sobressaem uma característica que é o número de jovens, estes que já adentraram o espaço escolar em outras épocas e por diversos motivos desistiram, mas sentem a necessidade de retornarem para concluir os seus estudos. Assim, a EJA é uma modalidade de ensino pensada para uma população que não se restringe apenas pelo recorte cronológico da juventude, da vida adulta ou da terceira idade, mas em razão da diversidade étnico-racial, cultural e social que repercutem nas trajetórias de exclusões.

Assim, vários intelectuais negros, dentre eles cito Nilma Lino Gomes (2007), defende que o contexto dos sujeitos dessa modalidade de ensino não devem se restringir as questões que envolvem a desigualdade social, mas também pelo viés da desigualdade racial, pois, de acordo com Cunha e Silva (2004, p. 181) “é urgente alargar nossa percepção acerca das dimensões formativas nos tempos e espaços escolares, nas relações que são constituídas no cotidiano. Pensar uma escola inclusiva é conferir relevo aos sujeitos e elaborar entre eles, e com eles, um projeto a ser vivido dia a dia”. Essa escola inclusiva pode ser pensada a partir da concepção de Maria Nazaré Mota de Lima (2015), que é incisiva ao mencionar que:

[...] uma educação não excludente, mas inclusiva de nossas referências étnico-raciais é uma necessidade e, mais que isso, uma oportunidade de reflexão da comunidade escolar sobre o que foi ensinado, formas de ensinar/aprender, para além do que acontece na escola. Os modos de produção de conhecimento, sua relação com as maneiras como o poder é exercido em diferentes instâncias sociais, o papel da escola frente a uma sociedade que discrimina, segrega, exclui determinados segmentos, são alguns, dentre outros aspectos a serem considerados. (LIMA, 2015, p. 25).

Sendo assim, a formação docente para a EJA foi e ainda continua sendo um desafio para uma educação emancipadora, que se configure em uma escola efetivamente inclusiva. Pensar nessa formação na atualidade levando em consideração os aspectos econômicos, social, políticos, cultural e principalmente racial, exige uma reflexão da prática educativa, a fim de pensar alternativas e estratégias pedagógicas para superar a situação de exclusão social que ocorre na atualidade. Seguindo essa linha de pensamento, Petronilha Silva (2001) salienta que o professor tem o papel fundamental para combater as práticas discriminatórias e principalmente demonstrar para os alunos “as Africanidades brasileiras, isto é, ao legado africano, à herança que mulheres e homens escravizados deixaram para nós, povo brasileiro” (SILVA, 2001, p. 172).

A partir dessas reflexões, o projeto propõe-se uma pesquisa aplicada através de um estudo de caso nas escolas do ensino fundamental II da rede municipal de Salinas da Margarida – Bahia, sobre a formação dos docentes que atuam na Educação de jovens e Adultos no Ensino Fundamental II, questionando-se neste estudo: Como vem se constituindo a práxis pedagógica dos professores da Educação de Jovens e Adultos acerca do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em cumprimento a Lei nº 10.639/03 De que maneira as relações étnico-raciais é considerada como um aspecto importante na formação continuada dos professores da EJA em vista da emancipação dos estudantes Como os estudantes e professores/as percebem o cumprimento dessa Lei na construção de uma escola inclusiva das referências étnico-raciais

Assim, após analisar e compreender as questões levantadas, proponho uma proposta de formação continuada para os/as professores/as da modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Esta proposta será construída a partir da dialogicidade de saberes e vivências entre os docentes participantes da pesquisa, onde os mesmos serão convidados a compartilhar experiências pedagógicas exitosas, bem como suas dificuldades e impasses para institucionalizar a Lei nº 10.639/03, constituindo-se uma rede de experiências, que neste projeto será intitulado *Mariscagem de*

experiências[1].

Para tanto, este estudo apoiar-se-á na abordagem qualitativa, com enfoque interpretativo, sendo realizada uma análise documental de textos e leis que normatizam a temática étnico-racial. Concomitantemente ao estudo será efetuada pesquisa bibliográfica, buscando leituras que reúnam elementos teóricos que sirva à compreensão da realidade explorada por meio da pesquisa de campo. Depois, faremos (re)leituras de textos teóricos, que proporcionem um diálogo sistemático com a proposta deste projeto. Em seguida realizaremos fichamentos temáticos. Na oportunidade serão (re)visitados noções sobre *práxis pedagógicas, formação continuada, étnico-raciais, educação, diversidade, ensino*, dentre outros que surgirão no decorrer da pesquisa.

Além disso, será realizado uma análise da formação docente. Realizaremos coletas dos dados através de entrevistas semi-estruturadas com professores que atuam na EJA no ensino fundamental II e estudantes dessa modalidade. A vantagem da entrevista é que, segundo Ludke e André (1986, p.34), “[...] permite a captação imediata e corrente da informação desejada” e pode traduzir as impressões de maneira muito fiel.

Diálogos teóricos e os meandros da pesquisa

Vivendo a experiência da docência na modalidade da Educação de Jovens e Adultos - EJA, no ensino fundamental II, no município de Salinas da Margarida – Bahia, desde o ano de 2013, percebi a necessidade de desenvolver esta proposta de pesquisa, na tentativa de olhar para um lugar habitual de atuação, a fim de compreender um dos problemas existente naquele espaço que é a práxis pedagógica dos professores da EJA, no que se refere à implementação da lei 10.639/03, tendo em vista a emancipação dos sujeitos. Segundo Maria Nazaré Lima (2015), em seu livro intitulado *Relações Étnico-Raciais na Escola: O papel das linguagens*, defende que essas questões precisam ser discutidas, debatidas, refletidas nos mais diversos processos de formações de professores: “Afim, a diversidade étnico-racial faz parte da vida em sociedade, e a formação escolar não pode se omitir de abordar sobre essas questões” em sala de aula. (LIMA, 2015, p.27)

A Educação de Jovens e Adultos tem sua história marcada por exclusão social e sobretudo racial, tendo em vista que os sujeitos dessa modalidade de ensino, em sua grande maioria, são trabalhadores, pobres, negros, subempregados, oprimidos e excluídos dos lugares de privilégios da sociedade. Sobre isso Arroyo (2005) aponta que os jovens e adultos repetem a história dos seus antepassados de negação de direitos, de conhecer/compreender as suas próprias histórias. Histórias essas que foram silenciadas há anos, as quais precisamos colocá-las em pauta.

Nesse sentido, a práxis pedagógicas dos professores da EJA, voltado para as relações étnico-raciais, é um dos meios para a superação da história excludente vivenciados por esses sujeitos, com a proposta de promover momentos de trocas de experiências e reflexões que venham rasurar as práticas discriminatórias que secularmente invisibilizou e excluiu os sujeitos que constituem a EJA.

Ao propor um projeto de pesquisa aplicada sobre formação continuada para professores da EJA, é importante ressaltar que neste trabalho será entendida como aquela que ocorrerá no próprio espaço escolar, no desenvolvimento das ações pedagógicas, de que fala Vera Maria Candau (1997):

[...] considerar a escola como lócus de formação continuada passa a ser uma afirmação fundamental na busca de superar o modelo clássico de formação continuada e construir uma nova perspectiva na área de formação continuada de professores (CANDAU, 1997, p. 57).

Ao defender a formação continuada como a autora pontuou acima, recorro à compreensão de Dantas (2012) sobre a formação em lócus, por compreender a importância dessa proposta para superar os ranços excludentes na sociedade brasileira:

[...] formação como um processo contextualizado que se constrói nas trajetórias da escolarização, nas vivências, nas trocas de experiências ao longo da vida que nos tornam um constante aprendiz, em permanente transformação e em construção de nossa identidade e subjetividade. (DANTAS, 2012, p. 148):

A pesquisadora deixa entrever que a formação deve ir além da ideia da transmissão do conhecimento de maneira técnica e racional, cujo docente, nesta perspectiva, recebe apenas instruções como desempenhar suas tarefas. Logo, a compreensão de Dantas sobre a formação docente contempla a discussão sobre a formação contínua que vai se constituindo ao longo dos percursos de histórias de vida pessoal e profissional, nas interações entre os sujeitos da aprendizagem.

Outro intelectual da educação que dialoga com esta proposta de pesquisa é Paulo Freire. O autor defende a formação dos professores como um processo permanente e constante na ação e reflexão dessa ação. Ele enfatiza que esse processo nunca se dá pela acomodação, é um processo de interação entre outros sujeitos, colegas, professores, experiências, no manuseio com objetos, livros, computadores e nas vivências constantes.

Nessa diretriz Petronilha Silva (2011) nos aponta que:

[...] os profissionais que atuam na escola e demais espaços educativos sempre trabalharam e sempre trabalharão com as semelhanças e as diferenças, as identidades e as alteridades, o local e o global. Por isso, mais do que criar novos métodos e técnicas para se trabalhar com as diferenças é preciso enquanto tal, compreendam-na à luz da história e das relações sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira, respeitem-na e proponham estratégias e políticas de ações afirmativas que se coloquem radicalmente contra toda e qualquer forma de discriminação. (SILVA, 2011, p. 16)

Diante dessas discussões é imprescindível uma formação específica para o educador atuar na EJA. Sendo assim, a formação para o docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. De modo que essa formação deve levar em consideração a diversidade dos sujeitos que constituem essa modalidade de ensino, formada por jovens, adultos e idosos trabalhadores, às suas especificidades, diferenças culturais, experiências de vida, histórias, saberes, considerando-os como sujeitos históricos.

Segundo Arroyo (2002) as discussões no campo educacional acerca do direito do cidadão a Educação de Jovens e Adultos preconizados pela Declaração de Hamburgo institui a necessidade emergente de se constituir “um corpo de profissionais educadores(as) formados(as) com competências específicas para dar conta das especificidades do direito à educação na juventude e na vida adulta” (ARROYO, 2002, p.21). Esta citação vem reafirmar a necessidade de uma formação específica para o educador que atua na EJA para as relações étnico-raciais.

Considerações

Acreditamos que esta pesquisa, certamente trará contribuições para os estudos da área de educação, dos movimentos negros. Ademais, contribuirá também na/para formação docente, sendo possível fomentar discussões sobre ações afirmativas, lei 10.639/2003, estatuto da igualdade racial no Brasil. Finalmente, cabe ratificar, a favor da relevância, que essas discussões atribuirá outros sentidos aos discursos que foram engessados na história oficial brasileira sobre a EJA.

Sendo assim, levando em consideração os aspectos abordados, a escolha por desenvolver esta pesquisa na rede municipal de Salinas da Margarida está direcionado aos profissionais que poderá promover mudanças no âmbito do seu local de trabalho. Assim, essa pesquisa é certamente uma oportunidade de sair das superficialidades que, às vezes, permeiam os comentários rápidos feitos durante a rotina escolar e, assim, enegrecer[2] e contribuir para a

produção do conhecimento na área da formação de professores em serviço e, em especial nesta pesquisa, centrado na perspectiva da EJA para as relações étnico-raciais.

[1] O termo faz referência à principal atividade econômica do município e está relacionado a questão cultural, pois muitos docentes e discentes são de famílias de pescadores e marisqueiras. Assim, a mariscagem é aplicada neste contexto enquanto uma coleta de experiências, de (in)formações que ajudará na constituição da proposta da formação para os docentes que atuam na EJA.

[2] Essa expressão foi cunhada por Sueli Carneiro em seu texto *Enegrecer o feminismo*.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Antonio; DANTAS, Tânia Regina; OLIVEIRA, Maria Olívia de Matos. (Orgs). *Diálogos contemporâneos: gestão escolar, formação docente, e identidade cultural*. Salvador: EDUNEB, 2012.

ARROYO, Miguel. *Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (Org). *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. P. 19-50.

BRASIL. Lei n. 10639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 1 julho 2016.

_____. Lei n. 11645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm > Acesso em: 1 julho 2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: MEC; SEF, 2005. Disponível em: Acesso em: 10 junho 2016.

BRASIL. Senado Federal. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*: nº 9394/96. Brasília : 1996. Disponível em: Acesso em: 10 junho 2016.

CANDAU, Vera Maria. Formação continuada de professores: tendências atuais. In CANDAU, Vera Maria. (Org.). *Magistério: construção cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1997.

DANTAS, Tânia Regina. Formação de professores em EJA: Uma experiência pioneira na Bahia. In: *Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 21, n. 37, p. 147-162, jan./jun. 2012.

FREIRE. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *Experiências étnico-culturais para a formação de professores*. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editota, 2011.

_____. Educação de Jovens e Adultos e questão racial: algumas reflexões iniciais. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (Org.) *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LIMA, Maria Nazaré Mota de. *Relações étnico-raciais na escola: o papel das linguagens*. Salvador: EDUNEB, 2015.

LUDKE, M.: ANDRÉ, M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

SOARES, Leôncio. *Diretrizes Curriculares Nacionais: Educação de jovens e adultos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

UNESCO, V Conferência internacional sobre a educação de adultos. *Declaração de Hamburgo: agenda para o futuro*. Brasília: SESI; UNESCO, 1997.

Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA) da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. E-mail: jonespaixao@hotmail.com